



Número: **0600748-47.2020.6.16.0092**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **16/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600748-47.2020.6.16.0092**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta, Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600748-47.2020.6.16.0092, que na forma do art. 33 da Lei nº 9.504/97 e dos arts. 2º e 16 da Resolução TSE nº 23.600/2019 c/c art. 487 inciso I do NCPC, julgou parcialmente procedente o pedido para declarar como irregular a pesquisa eleitoral PR-07326/2020, ratificando a decisão liminar anteriormente concedida para vedar a conclusão dos trabalhos e proibir a divulgação de seus resultados por qualquer meio, sob pena de aplicação de multa cominatória solidária entre a empresa representada e seus representantes legais de R\$ 53.205 (cinquenta e três mil duzentos e cinco reais), por cada ato de descumprimento, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal. (Representação - Impugnação ao Registro de Pesquisa, com pedido de liminar, ajuizado pelo Cidadania em face de W.J. Mendes Pesquisas Eireli/ Alvorada Pesquisas, alegando, em síntese, que a empresa representada pretende realizar pesquisa eleitoral visando colheita de dados das eleições majoritárias municipais no município de Goioerê, registrada sob nº PR-07326/2020 no TSE, com data de registro em 01/11/2020 e divulgação em 07/11/2020, que estaria eivada de irregularidades e violações à Lei n.º 9.504/97 e à Resolução TSE n.º 23.600/2019. Sustenta que a pesquisa apresenta, em tese, irregularidades, consistentes em incongruência dos percentuais de faixa etária/nível de instrução do plano amostral do universo de eleitores com aqueles percentuais da fonte de dados que diz ter sido utilizado como padrão da estratificação da idade/escolaridade do eleitorado aferido, quadro amostral com sobreposição de eleitores com níveis de escolaridade distintos em um mesmo grupo, divergência entre a estratificação referente ao critério de nível econômico presente no universo amostral e conteúdo do questionário; Recurso com pedido de efeito suspensivo).RE6**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes   | Procurador/Terceiro vinculado  |
|--|--|
| W J MENDES PESQUISAS - EIRELI (RECORRENTE)       | MARCOS AURELIO DA SILVA (ADVOGADO)   |
| CIDADANIA - GOIOERE - PR - MUNICIPAL (RECORRIDO) | CAROLINE BESSANI BORGES (ADVOGADO)<br>VALDECIR ROMAO JUNIOR (ADVOGADO)<br>RAFAEL PEREIRA DE ARAUJO NASCIMENTO (ADVOGADO)<br>JULIANO GREGORIO DA SILVA (ADVOGADO)<br>ALEXANDRE GREGORIO DA SILVA (ADVOGADO)<br>LUCIANO DE SOUZA KATARINHUK (ADVOGADO) |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)   |  |
| Documentos                                       |  |

| Id.          | Data da Assinatura | Documento               | Tipo    |
|--------------|--------------------|-------------------------|---------|
| 22421<br>466 | 14/12/2020 17:46   | <a href="#">Decisão</a> | Decisão |



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**RECURSO ELEITORAL (11548) 0600748-47.2020.6.16.0092**

**RECORRENTE: W J MENDES PESQUISAS - EIRELI**

Advogado do(a) RECORRENTE: MARCOS AURÉLIO DA SILVA - PR0020747

**RECORRIDO: CIDADANIA - GOIOERÊ - PR - MUNICIPAL**

Advogados do(a) RECORRIDO: CAROLINE BESSANI BORGES - PR85787, VALDECIR ROMÃO JUNIOR - PR0085615, RAFAEL PEREIRA DE ARAÚJO NASCIMENTO - PR0065620, JULIANO GREGÓRIO DA SILVA - PR0078921, ALEXANDRE GREGÓRIO DA SILVA - PR0049441, LUCIANO DE SOUZA KATARINHUK - PR0043026

**RELATOR: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN**

## VISTOS ETC.

### I – Relatório

1.Trata-se de **Recurso Eleitoral** com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto pelo instituto de pesquisa **W J MENDES PESQUISAS – EIRELI** em face da sentença proferida pelo Juízo da 092ª Zona Eleitoral de Goioerê/PR, que julgou parcialmente procedente a Representação Eleitoral por pesquisa irregular, para determinar a proibição de divulgação da pesquisa eleitoral registrada sob o número PR-07326/2020, sob pena de aplicação de multa cominatória solidária entre a empresa representada e seus representantes legais de R\$53.205,00 (cinquenta e três mil duzentos e cinco reais).

2.Em suas razões recursais (ID 19598716) a Recorrente alegou, em síntese, que não cabe ao Poder Judiciário decidir qual metodologia é mais apropriada para a pesquisa eleitoral, devendo a Justiça Eleitoral apenas verificar o cumprimento ou não dos requisitos legais para a realização da pesquisa.

3.Ao final, pleiteou pela concessão de efeito suspensivo e pelo conhecimento e provimento do recurso para julgar improcedente a representação eleitoral reconhecendo a legalidade da pesquisa eleitoral registrada sob nº PR-07326/2020 e autorizando sua divulgação.

4.Devidamente intimado para apresentação de contrarrazões, o Recorrido deixou transcorrer o prazo sem manifestação, conforme certidão juntada (id. 19599166).

6.A Procuradoria Regional Eleitoral emitiu parecer manifestando-se pela perda superveniente do interesse recursal (id. 21165466).



É o relatório.

## II – Da decisão e seus fundamentos

7. Passo a decidir, com fulcro no disposto no artigo 31, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

8. Conforme relatado, a empresa recorrente busca a reforma da sentença proferida pelo Juízo da Juízo da 092ª Zona Eleitoral de Goioerê/PR, para julgar improcedente a representação eleitoral, reconhecendo a legalidade da pesquisa registrada sob o número PR-07326/2020 e autorizar sua divulgação.

9. Contudo, com a advento do pleito no dia 15.11.2020, verifica-se a ocorrência da perda do objeto recursal de divulgação dos resultados da pesquisa de intenção de votos realizada para as eleições naquele município.

10. Isso porque houve alteração fática superveniente prejudicial à análise do mérito, qual seja a superveniência do pleito, prejudicando assim o interesse recursal.

11. **ISTO POSTO**, diante da argumentação acima expendida, **não conhecido** recurso eleitoral interposto por **W J MENDES PESQUISAS – EIRELI**, eis que ausentes os requisitos para sua admissibilidade, diante da **perda superveniente do objeto**.

12. Realizem-se as diligências necessárias.

Publique-se. Registre-se. Intime-se na forma do artigo 64 da Resolução TSE nº23.608/2019.

Curitiba, *datado eletronicamente*.

**Carlos Alberto Costa Ritzmann**

**Relator**

